



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

PARECER JURÍDICO



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 014/2023

PROCEDÊNCIA: Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher, Trabalho e Promoção à Cidadania

Trata-se de solicitação de parecer jurídico requerido pela comissão permanente de licitação para emissão de parecer jurídico quanto aos termos da minuta do edital e seus anexos do processo licitatório nº 023/2023, na modalidade pregão eletrônico nº 014/2023 que tem por objeto o Registro de Preço para eventual contratação de Empresa especializada para fornecimento de kit de enxoval para recém-nascido composto por diversos itens, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher, Trabalho e Promoção à Cidadania do Município de São Lourenço da Mata – PE.

Compulsando-se os autos verifica-se que a Secretaria de Desenvolvimento Social solicitou a cotação para elaboração do termo de referência com as características pertinentes ao objeto licitado. O setor de compras realizou a pesquisa de preços com empresas privadas e banco de preços, tendo chegado à média ponderada dos preços do objeto a ser licitado. Foi elaborado o Termo e Referência, tendo o secretário aprovado o termo, apresentado dotação orçamentária, e foi autorizada a abertura de processo licitatório pela Comissão de Licitação.

Procedeu-se a abertura do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com a emissão do edital e seus anexos. Não houve impugnação ao edital. No dia e hora marcados ocorreu a sessão do pregão eletrônico com o início da fase de lances. Nesse momento, um licitante chamou a atenção para o valor de intervalo mínimo entre os lances que estava em R\$ 100,00. A Sra. Pregoeira suspendeu a sessão e solicitou parecer quanto ao fato ocorrido e possíveis medidas a serem tomadas.

Vieram os autos para parecer. É o breve relatório.

Passamos a análise jurídica do pedido.

Estabelece a Lei nº 10.520/2002 que para a aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade Pregão, aplicando-se subsidiariamente as normas da Lei 8.666/1993. O Decreto nº 10.024/2019 e o Decreto Municipal nº 031/2021 regulamentam os procedimentos na realização do pregão eletrônico sobre as aquisições de bens e de contratações de serviços comuns.

Sempre que o modo de disputa for o aberto, é importante atentar que será obrigatório prever, em edital e o respectivo registro no sistema, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

No caso em apreço trata-se de o Registro de Preço para eventual contratação de Empresa especializada para fornecimento de kit de enxoval para recém-nascido composto por diversos itens, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher, Trabalho e Promoção à Cidadania do Município de São Lourenço da Mata – PE, cujo modo de disputa é o “aberto”, e a margem de disputa entre os lances consta como sendo de R\$ 100,00. Porém o valor do item é de R\$148,55.

Ora, percebe-se claramente que houve um erro material na descrição do valor de intervalo entre os lances, pois sendo o valor do item R\$ 148,55, torna-se inviável o valor constante de intervalo de R\$ 100,00. Até porque algum licitante pode ter deixado de dar um lance, comprometendo a disputa e, fatalmente, ferindo o princípio da isonomia.

Página 1 de 3



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

Assim sendo, parece-nos mais razoável a anulação do certame por vício, com a reabertura de novo processo com o valor adequado para intervalo entre os lances. Embora não tenha havido impugnação ao edital, tal situação só foi observada através de uma licitante que atentou para a margem de disputa entre lances.

Assim sendo, prezando pela preservação dos princípios que regem a administração pública, o interesse público e visando uma maior disputa entre os participantes buscando a vantajosidade para a administração, opina essa assessoria pela anulação do certame, com nova abertura de processo licitatório com a máxima brevidade para atender aos interesses da administração.

CONCLUSÃO

É de suma importância destacar que compete à assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, de modo que não é da sua alçada abordar ou opinar sobre aspectos relativos à discricionariedade da administração pública na prática dos atos administrativos, muito menos examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa, financeira e de mercado, mas jurídicas.

Esses limites se justificam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa. Isso significa que quando a matéria for eminentemente técnica, envolvendo aspectos multidisciplinares (jurídica, preços de mercado, necessidade da contratação), como é uma licitação pública, convém que o setor jurídico atue especificamente quanto ao que dispõe a legislação aplicável a matéria, a qual está bem delimitada no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Traz-se, ainda, por analogia, o disposto no Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, que preconiza da seguinte maneira:

"O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade";

Curial destacar ainda que a natureza do parecer ora elaborado é opinativa, devendo, por essa razão, passar pelo crivo de quem efetivamente tem poder decisório, uma vez que a opinião explanada não é vinculante.

É oportuno consignar que, segundo o Informativo nº 680 do STF, "é possível a responsabilização de advogado público pela emissão de parecer de natureza opinativa, desde que reste configurada a existência de culpa ou erro grosseiro". Nessa senda, eventuais problemas relacionados à licitação ou à execução contratual não devem resvalar na assessoria jurídica, desde que a mesma tenha atuado de forma técnica e intelectual, admitindo-se sua possibilidade quando patente o dolo e o erro grosseiro ou erro inescusável.

Acrescenta-se que "a existência de indícios de irregularidades no procedimento licitatório não pode, por si só, justificar o recebimento da petição inicial contra o parecerista, mesmo nos casos em que houve a emissão de parecer opinativo equivocado. Ao adotar tese plausível, mesmo minoritária, desde que de forma fundamentada, o parecerista está albergado pela inviolabilidade de seus atos, o que garante o legítimo exercício da função, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei nº 8.906/94", sendo justamente por esses motivos salutar que as observações expostas no parecer sejam atendidas.

Ante o exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, e analisada a matéria nos termos da Lei Federal Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 10.024/2019 e pelo Decreto Municipal nº 031/2021, aplicando-se subsidiariamente as normas da Lei 8.666/1993, observado o teor dos documentos e informações apresentadas, esta assessoria jurídica é de pela anulação do certame em decorrência de erro material, com nova abertura de processo licitatório com a máxima brevidade para atender aos interesses da administração.

Página 2 de 3



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA
Paço Municipal

Este parecer é meramente opinativo, não vinculando, portanto, a administração pública, que poderá agir diferentemente.

São Lourenço da Mata, 04 de abril de 2023.

MARILYN TRAJANO DO NASCIMENTO
Assessora Jurídica
OAB-PE 12.737





**SÃO
LOURENÇO
DA MATA**
PREFEITURA MUNICIPAL
RUMO AO DESENVOLVIMENTO

DESPACHO



DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO II

**PARA: SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER, TRABALHO, E
PROMOÇÃO E CIDADANIA**

Ref: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023

OBJETO: Registro de Preço para eventual contratação de Empresa especializada para fornecimento de kit de enxoval para recém-nascido composto por diversos itens, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher, Trabalho e Promoção à Cidadania do Município de São Lourenço da Mata – PE, Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Vimos por esta, informar que, informar que o Pregão eletrônico nº 014/2023, cuja abertura ocorreu na data de hoje às 10:00 horas, com disputa marcada para 11:00 horas.

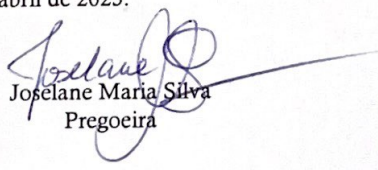
Ao iniciar a fase de lances, um dos participantes alertou que a margem de disputa que constava no sistema era de R\$ 100,00(cem reais), o que inviabilizaria a disputa entre os participantes, visto que o valor unitário do item é R\$ 148,55(cento e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e o critério de julgamento definido no edital foi de menor preço unitário por item. Em contato com a plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, onde o pregão é operacionalizado, a mesma informou que a fase só poderia ser retroagida, após o encerramento da mesma. Ocorre que ao final da fase de lances já tem conhecimento de todos os participantes e retroagir esta fase feriria o sigilo das propostas e ainda caso fosse dado continuidade a fase alterando a margem de lances, comprometeria o princípio da isonomia, visto que poderia algum participante não ter ofertado lances, devido a impossibilidade inicial. O processo foi suspenso e encaminhado para análise e parecer jurídico acerca dos fatos informados, onde o mesmo opinou pela anulação do mesmo.

Diante do exposto encaminho os autos do processo para decisão acerca da sua anulação.

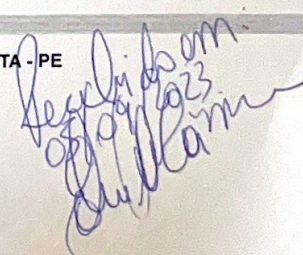
Sendo tudo para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar os préstimos de estima e da mais alta consideração.

Atenciosamente,

São Lourenço da Mata, 04 de abril de 2023.


Joselane Maria Silva
Pregoeira

Página 1 de 1





**SÃO
LOURENÇO
DA MATA**
PREFEITURA MUNICIPAL
RUMO AO DESENVOLVIMENTO



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023

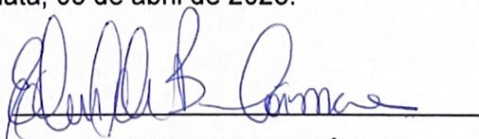
OBJETO: Registro de Preço para eventual contratação de Empresa especializada para fornecimento de kit de enxoval para recém-nascido composto por diversos itens, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher, Trabalho e Promoção à Cidadania do Município de São Lourenço da Mata – PE, Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº 014/2023

Em face dos elementos constantes no presente processo licitatório e ainda com base no Parecer Jurídico opinando pela anulação do certame por vício, visando o interesse público, buscando assim a proposta mais vantajosa para a Administração, **ANULO** o Pregão eletrônico nº 014/2023, com fulcro no Artigo 49 da Lei 8.666/93 e ainda na Súmula 473 STF.

Os autos do processo estão com vistas aos interessados na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Coronel José Duarte, n. 31, Centro, São Lourenço da Mata-PE. Cep: 54735-782, no horário das 08:00 às 14:00 horas. Encaminhe-se a Comissão Permanente de Licitação para as demais providências.

São Lourenço da Mata, 05 de abril de 2023.


EDNILDA BARBOSA CÂMARA
Matricula 998834

Secretária de Desenvolvimento Social, Mulher, Trabalho, e Promoção e Cidadania

Página 1 de 1